

ONGs querem manutenção do Código Florestal

*Entidades estão
preocupadas com ação
dos parlamentares de
Rondônia*

SANDRA SATO

BRASÍLIA – De olho na movimentação de parlamentares de Rondônia, organizações não-governamentais enviaram ao presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, uma carta pedindo que não seja alterada a medida provisória que atualizou o Código Florestal e permitiu o desmatamento de apenas 20% das propriedades da Amazônia. O senador Moreira Mendes (PFL-RO) voltou a criticar a medida e confirmou que negocia com o governo a edição de um decreto garantindo aos proprietários rurais do Estado o direito de desmatar além do índice permitido pela MP do Código Florestal.

Mendes explica que, 30 anos atrás, o governo estimulou a migração para Rondônia e exigia do produtor o desmate de metade da área recebida do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). A MP em vigor determina, agora, a preservação de 80% da propriedade situada na Amazônia como reserva legal. “É um estelionato com o povo de Rondônia”, reclama Mendes, que considera a MP “irracional”, mas reconhece que, perto das eleições, não há condições políticas para alterá-la.

A saída para o impasse, segundo Mendes, seria a edição de um decreto reconhecendo o zoneamento ecológico-econômico de Rondônia, já pronto, mapeando áreas ecológicas e as liberadas para produção. Mendes diz que, se dentro de duas semanas a Casa Civil não atender ao pedido, ocorrerá “desobediência civil” no Estado.

As 22 ONGs – entre elas o Instituto Socioambiental (ISA), Grupo de Trabalho Amazônico, Amigos da Terra e Rede Brasileira Agroflorestal que assinam a carta enviada ao presidente – reforçam que “o Código Florestal é a base legal fundamental para a proteção e o uso sustentável das florestas tropicais” no Brasil. As entidades pedem esforço do governo para converter a MP em lei, mas somente após as eleições.

Documentação

SOCIOAMBIENTAL

Fonte OESP (geral)

Data 4/6/2002 Pg 113

Class. 163